Procedimentos de Legalização Urbanística no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)



7 Horas | **225 €**

Apresentação
O curso ´Procedimentos de Legalização Urbanística no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)´ oferece uma oportunidade única para compreender as recentes alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no contexto do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Ao compreender as implicações dessas mudanças no processo de tutela da legalidade urbanística, os participantes serão capacitados para implementar efetivamente as atualizações no ambiente de trabalho.

Destinatários
Este curso destina-se a trabalhadores da Administração Pública e a técnicos que atuam na área urbanística, desejosos de aprimorar seus conhecimentos sobre os procedimentos de legalização urbanística e suas implicações no contexto do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Objetivos Gerais
O objetivo principal desta formação é capacitar os participantes para a implementação prática das modificações trazidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, especialmente no que diz respeito às medidas de tutela e reposição da legalidade. A formação apresentará uma abordagem abrangente da legislação e explorará casos práticos para ilustrar o cenário jurisurbanístico atual.

Objetivos Específicos
No final da formação os formandos deverão ser capazes de:

- Fornecer aos participantes o conhecimento necessário para a aplicação prática das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, com foco na gestão urbanística.
- Explorar a importância dos regulamentos municipais no processo de legalização e destacar as diferentes causas de ilegalidades, tanto materiais quanto procedimentais.
- Oferecer uma compreensão aprofundada do procedimento de legalização, abrangendo iniciativas tanto do interessado como de caráter oficioso.

Programa
Legalização Urbanística no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (07H)
1. As medidas de tutela da legalidade urbanística
2. A legalização na NLB de Política Pública de Solos, OT e Urbanismo
3. O procedimento de legalização no regime anterior
4. O artigo 102.º-A do RJUE
5. A importância dos regulamentos municipais no procedimento de legalização
6. Identificação das várias causas de ilegalidades: materiais e procedimentais
7. O procedimento de legalização de iniciativa do interessado e oficiosa.

Certificação

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt